

A presente edição segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

info@marcador.pt
www.marcador.pt
facebook.com/marcadoreditora

© 2016, Direitos reservados para Marcador Editora
uma empresa Editorial Presença
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

© Les Liens qui Libèrent, 2011
Publicado por acordo com L'Autre Agence, Paris, França.
Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer forma sem
permissão por escrito do proprietário legal.

Título original: *Peut-on sauver l'Europe?*

Título: *Podemos Salvar a Europa?*

Autor: Thomas Piketty

Tradução: Marco da Silva Rosa

Revisão: Paula Caetano

Paginação: Maria João Gomes

Capa: Marina Costa/Marcador Editora

Fotografia do autor: © Emmanuelle Marchadour

Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-754-230-5

Depósito legal: 417343/16

1.ª edição: novembro de 2016

ÍNDICE

PREFÁCIO	13
----------------	----

CAPÍTULO I – A ECONOMIA POLÍTICA DE PIKETTY

Rumo a um regime fiscal internacional?	25
Viva Milton Friedman!	28
O poder de compra está a baixar?	31
A impossível promessa fiscal	34
O machismo económico	37
Nunca mais!	40
Royal e Delanoë: conteúdo, por favor!	43
É preciso salvar os banqueiros?	46
Mil milhões de dólares	49
É preciso baixar o IVA?	52
Obama-Roosevelt, uma analogia falaciosa	55
Bancos centrais em ação	58
Acabemos com o PIB, é tempo de voltar ao Rendimento Nacional	61
Abaixo os impostos imbecis	64
Quem serão os vencedores da crise?	67
Lucros recorde da banca, uma questão política	70
Repensar os bancos centrais	73

Devemos ter medo da Fed?	76
Japão: riqueza privada, dívidas públicas	79
Protecionismo: uma arma útil... à falta de melhor	82
Divergências franco-alemãs	85
Pobre como Jobs	88
Um socialismo de expediente	91
Por um imposto europeu sobre as grandes fortunas	94
FMI: só mais um esforço	97
O custo exorbitante de ser um pequeno país	100
O capital em Hong Kong	103
As dívidas devem ser pagas a todo o custo?	106
O capital na África do Sul	109

CAPÍTULO II – COMO SALVAR O ESTADO SOCIAL

O custo de uma criança	115
É mesmo necessário tributar o valor acrescentado?	118
Imposto consignado, terreno minado	121
O direito de recurso é uma solução eficaz?	124
A ajuda aos proprietários, uma subvenção absurda	127
IVA social, uma falsa resposta	130
Pensões de reforma: bem-vindos a 2008!	134
A política de civilização e a confiança das famílias	138
Duelo Obama-Clinton sobre a saúde, essa ferida social americana	141
RSA: O logro!	144
Reformas: uma reformulação completa	148
Reformas: que venha 2012	151
CSG progressiva <i>versus</i> IVA Social	154
François Hollande, o teimoso	157

CAPÍTULO III – FISCALIDADE, RIQUEZA E DESIGUALDADE

Sarkozy ataca o imposto sucessório	163
Heranças: a liberdade através dos impostos	166

PODEMOS SALVAR A EUROPA?

Faz sentido acabar com o imposto sucessório?	169
As lições fiscais do caso Bettencourt	172
Liliane Bettencourt paga impostos?	175
Contributo para um debate sereno sobre o ISF	178
Alto com as mentiras de estado!	181
Quando Bercy manipula a imprensa	184
Escravidão: reparações em nome da transparência	187
O crescimento poderá salvar-nos?	190
<i>Libération</i> : o que é a liberdade?	193
Da oligarquia na América	196
Do Egito ao Golfo, uma região minada pela desigualdade	199
O capital segundo Carlos Fuentes	202
Salvar os média	206
Laicidade e desigualdade: a hipocrisia à francesa	209

CAPÍTULO IV – CAPITAL, TRABALHO E EQUIDADE

Sarkozy, oito meses de trapalhadas em Bercy	215
Quotas, a opção errada para a imigração	218
Impasses alemães	221
Refletir sobre um novo CDI	224
O salário mínimo e o vale-tudo das presidenciais	227
Dividendos: o fim do ciclo	230
O suplício das 35 horas	233
Lucros, salários e desigualdades	236
A falsa questão das 35 horas	239
Os quatro pontos-chave da revolução fiscal	242
Deputados sem razão	245
A dupla penitência das classes baixas	248

CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

Uma má escolha para a investigação	253
ZEP: Discriminação positiva à francesa	256

O bom uso da concorrência na educação	259
As presidenciais nas salas de aula	262
Relatório Attali: muita parra e pouca uva	265
Autonomia para as universidades: o embuste	268
Universidades: as mentiras de Sarkozy	271
A falência silenciosa das universidades	274
Da escola à universidade, opacidade e desigualdade	277

CAPÍTULO VI – REPENSAR JÁ O PROJETO EUROPEU

Bolkestein, e não Frankenstein	283
Europa: de Portugal à Polónia	286
As artimanhas de Blair	289
O desastre irlandês	292
Não, os Gregos não são preguiçosos	295
A Europa contra os mercados	298
O escândalo do resgate irlandês	301
Grécia: por um imposto bancário europeu	304
Repensar (já) o projeto europeu	307
A única solução: o federalismo	310
Que federalismo e para fazer o quê?	313
A Merkhollândia e a zona euro: um egoísmo de vistas curtas	316
Eleições italianas: a responsabilidade da Europa	319
Às urnas, cidadãos!	322
Quantas crises para fazer avançar a Europa?	325
Mudar a Europa para ultrapassar a crise	328
Por uma Europa aberta	331

PREFÁCIO

Janeiro de 2012

Este livro reúne, sem qualquer correção ou alteração, as minhas crônicas mensais publicadas no *Libération*¹ entre setembro de 2004 e janeiro de 2012². Alguns textos ficaram um pouco datados, outros nem por isso. No seu todo representam um esforço de análise e compreensão do mundo atual e de participação no debate público, um esforço que tentou conciliar a coerência do investigador em Ciências Sociais com a responsabilidade do cidadão.

O período compreendido entre 2004 e 2012 tem sido profundamente marcado pela crise financeira mundial espoletada em 2007-2008. Muitas das crônicas são dedicadas a este tema. Neste contexto, tentei analisar a importância dos bancos centrais para evitar o colapso da economia mundial ou as coincidências entre as crises irlandesa e grega. Não esqueci as questões nacionais essenciais ao nosso futuro comum: a justiça social, a reforma dos sistemas de pensões ou o futuro das universidades. Estes tópicos terão um grande peso nos debates das eleições presidenciais que se avizinham. Mais para o final

¹ Esta obra vem no seguimento da coletânea de textos publicada em 2004 com o título *Vive la gauche américaine! Chroniques 1998-2004*, Éditions de l'Aube-Libération..

² Este prefácio faz parte da edição francesa que reúne as crônicas publicadas entre 2004 e 2012. A presente edição portuguesa já contempla as crônicas publicadas até 2015. O prefácio foi incluído nesta versão, pois o seu conteúdo resume e ajuda a compreender todas as crônicas, inclusive as mais recentes. (NT)

do livro há um tema que se vai sobrepondo a todos os outros: estará a União Europeia à altura das esperanças nela depositadas? Será a Europa capaz de se tornar num espaço de soberania democrática, num poder público e numa potência continental capaz de recuperar o controlo sobre um capitalismo globalizado que deveio irracional? Ou ficará reduzida a um mero instrumento tecnocrático da desregulação, da imposição da concorrência generalizada e da subordinação dos estados aos mercados?

Relativamente à crise financeira, iniciada no outono de 2007 com o colapso dos *subprimes*³ nos Estados Unidos e com a falência do grupo Lehman Brothers, esta aparenta ser a primeira crise do capitalismo patrimonial globalizado do século XXI.

Contextualizando, a partir do início da década de 80 do século XX, uma vaga de desregulação financeira e de fé excessiva na autodisciplina dos mercados começou a varrer o mundo. A depressão dos anos 30 e as catástrofes que se seguiram eram agora uma recordação distante. A estagflação dos anos 70 (uma combinação de estagnação económica e de inflação) revelou os limites do consenso keynesiano das décadas de 50 e 60, um consenso construído à pressa no contexto do pós-Segunda Guerra. Com o fim da reconstrução pós-bélica e do elevado crescimento económico dos Trinta Anos Gloriosos, a expansão ilimitada do papel do estado e em particular do estado social acabou por ser posta em causa.⁴ Em 1979-1980, nos Estados Unidos e no Reino Unido, teve início um grande movimento de desregulação económica. Reagan e Thatcher aproveitaram o descontentamento do eleitorado face à perda de competitividade das suas economias para o Japão, a França e a Alemanha, para promover a ideia de que o estado era o problema em vez da solução, para propor a libertação de um estado-providência que tinha entorpecido os empreendedores anglo-saxónicos, e o regresso ao capitalismo puro anterior à Primeira Guerra Mundial. A partir de 1990-1991, este movimento intensificou-se e expandiu-se a toda a Europa continental. A queda da União

³ Muito por alto, a crise dos *subprimes* está associada ao momento em que se tornou clara a impossibilidade de recuperar os investimentos em muitos créditos de risco (i.e. *subprimes*) negociados nos mercados financeiros americanos. (NT)

⁴ Em França, em média, a taxa de crescimento real do rendimento nacional passou de 5,2% por ano entre 1949 e 1979, para 1,7% entre 1979 e 2009, i.e. contraiu três vezes.

Soviética deixou o modelo capitalista sem rival e deu lugar à crença no «fim da história» e no «novo crescimento» assente na euforia bolsista.⁵

Neste seguimento, no início da primeira década de 2000, nos Estados Unidos e na Europa, as capitalizações bolsistas⁶ e imobiliárias recuperaram e depois ultrapassaram os recordes históricos alcançados em 1913. Em 2007, nas vésperas da crise, o total dos patrimónios líquidos financeiros e imobiliários detidos por agentes privados franceses chegavam aos 9,5 biliões de euros, quase 6 anos (6 vezes) de rendimento nacional bruto⁷. Estes números contraíram ligeiramente em 2008-2009, mas voltaram a crescer a partir de 2010, ultrapassando agora os 10 biliões de euros. A comparação histórica permite constatar que só na *Belle Époque*, há 100 anos, se registaram níveis tão elevados de riqueza privada. Atualmente, o património líquido privado representa o equivalente a 6 anos do rendimento nacional, ao passo que nos anos 80 equivalia a 4 anos e a menos de 3 anos na década de 50.⁸

Os níveis de concentração da riqueza patrimonial não são apenas o resultado da desregulação recente. Representam sobretudo a retoma de uma tendência de longo prazo interrompida pelos choques violentos ocorridos na primeira metade do século xx, uma tendência reforçada pelo baixo crescimento económico atual. Tudo isto contribui para o desequilíbrio dos rácios património-rendimento nacional.

⁵ *Grosso modo*, para a teoria do fim da história, popularizada por Francis Fukuyama, o capitalismo liberal é o estágio máximo da evolução social. Assim, a vitória sobre o socialismo da URSS teria criado as condições para o fim da história. A queda da URSS levou também a crer que tinham sido removidos os principais obstáculos para a concretização da teoria do «novo crescimento», i.e. o crescimento económico ilimitado. (NT)

⁶ As capitalizações bolsistas dizem respeito ao valor das empresas em bolsa. (NT)

⁷ Para muitos políticos e intelectuais como Piketty, Joseph Stiglitz ou Amartya Sen, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) é um indicador macroeconómico mais realista do que o Produto Interno Bruto (PIB). Ao ter em conta as relações com o exterior, para além da produção nacional, o RNB revela a riqueza que fica realmente num país. A Irlanda, que depende muito do investimento estrangeiro, tem um RNB bastante inferior ao PIB porque os dividendos gerados pela atividade económica acabam por ser expatriados (têm de ser pagos aos acionistas ou investidores estrangeiros). Esta fuga da riqueza produzida num país é agravada quando existe uma fiscalidade amiga do investimento estrangeiro. Da mesma maneira, um estado pode ter um RNB superior ao PIB. (NT)

⁸ *Vide* Piketty, T., *On the Long-Run Evolution of Inheritance: France 1820-2050*, École d'Économie de Paris, Working Paper, 2010; e *Quarterly Journal of Economics*, 2011 (textos disponíveis em piketty.pse.ens.fr).

No presente período histórico, nos países ricos, enquanto os patrimónios aumentam de forma sustentada, a produção e os rendimentos nacionais crescem a ritmos cada vez mais baixos.

Durante os Trinta Anos Gloriosos pensou-se que o capitalismo tinha entrado numa nova era, uma era de capitalismo sem capital. Porém, esta era apenas uma fase transitória ligada à reconstrução do pós-guerra. No longo prazo só pode haver capitalismo patrimonial⁹.

A desregulação dos anos 80 e 90 trouxe dificuldades adicionais. No início do século XXI, o sistema financeiro e o capitalismo patrimonial tornaram-se frágeis, voláteis e imprevisíveis. Houve um desenvolvimento sem controlo, sem regulação preventiva e sem mecanismos de responsabilização do setor financeiro. As incoerências das estatísticas financeiras internacionais mais elementares são reveladoras da falta de controlo com implicações sistémicas. Os números dizem que as posições financeiras líquidas a nível mundial são negativas, uma situação apenas possível se admitirmos que os marcianos são donos da Terra. Como demonstrou recentemente Gabriel Zucman¹⁰, esta contradição indicia a falta de informação sobre numerosos ativos financeiros sediados em paraísos fiscais. Isto significa que a posição externa líquida da zona euro é mais positiva do que o sugerido pelas estatísticas oficiais. Como explicar esta situação? Os europeus mais ricos têm todo o interesse em ocultar parte dos seus ativos e a União Europeia não faz o que deveria fazer para dissuadir esta prática.

Em termos gerais, a fragmentação política da Europa e a sua incapacidade para congregar esforços fragilizam o nosso continente perante a instabilidade e a opacidade do sistema financeiro. No século XXI, o estado-nação europeu não tem escala suficiente para impor a regulação fiscal ou preventiva adequada às instituições e aos mercados financeiros globalizados. A Europa sofre de um problema adicional: o euro e o Banco Central Europeu (BCE) foram criados no final dos anos 80, início dos anos 90 (as moedas e notas do euro entraram em circulação em 2002, mas o Tratado de Maastricht foi

⁹ Um capitalismo que concentra mais riqueza do que aquela que distribui. (NT)

¹⁰ Vide G. Zucman, *The Missing Wealth of Nations: Are Europe and the U.S. net Debtors or net Creditors?*, École d'Économie de Paris, Working Paper, 2011, disponível em www.paris-shooleconomics.eu-zucman-gabriel.

ratificado em 1992), num momento em que, segundo a convicção dominante, os bancos centrais deviam ser meros observadores das atividades de mercado. Ou seja, após a deflação dos anos 70, os governos e as opiniões públicas passaram a crer que a ação dos bancos centrais devia estar reduzida a dois princípios: ser independente do poder político e garantir uma inflação baixa ou a correspondência entre a massa monetária e o ritmo da atividade económica. Foi assim que, pela primeira vez na História, se passou a acreditar na viabilidade de uma moeda sem estado e de um banco central sem governo. O papel fundamental dos bancos centrais para estabilizar os mercados financeiros, impedir as ondas de falências e evitar o aprofundamento da depressão durante as grandes crises económicas e financeiras caíra no esquecimento.

A reabilitação do papel essencial dos bancos centrais é a grande lição da crise financeira atual. Se os dois maiores bancos centrais a nível mundial, a Reserva Federal Americana (Fed) e o BCE não tivessem emitido grandes volumes de massa monetária (equivalentes a vários pontos percentuais do PIB só em 2008-2009) para serem emprestados a taxas de juro reduzidas (0% ou até 1%) a bancos privados, é bem provável que a depressão tivesse atingido uma dimensão semelhante à da crise dos anos 30, com taxas de desemprego superiores a 20%. Felizmente, tanto a Fed como o BCE souberam evitar o pior sem reproduzir os erros liquidatários do passado, i.e. deixar falir os bancos uns a seguir aos outros.

Naturalmente, o poder infinito de criação monetária à disposição dos bancos centrais deve estar condicionado. Porém, perante as grandes crises, seria um suicídio renunciar a um instrumento tão importante à função de financiador de último recurso.

Embora o pragmatismo monetário tenha evitado o pior em 2008-2009, não levou a uma interrogação mais profunda sobre as razões estruturais do desastre financeiro. A supervisão financeira fez progressos insuficientes e fingiu desconhecer as origens desigualitárias da crise: a estagnação dos rendimentos das classes médias e baixas, e o aumento das desigualdades, em particular nos Estados Unidos, contribuiu definitivamente para a explosão do endividamento privado (entre 1997 e 2007, cerca de 60% do

crescimento económico foi absorvido por 1% da população, pelos mais ricos).¹¹

Acima de tudo, a ajuda dos bancos centrais aos bancos privados não impediu que, em 2010-2011, a crise se transformasse numa crise das dívidas públicas da zona euro. Os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão, mesmo com dívidas de 100%, 80% e 200% do PIB respetivamente, ou seja, com dívidas iguais ou superiores aos 80% de dívida da zona euro, escaparam ao problema da dívida soberana. Enquanto a Fed, o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão emprestaram dinheiro aos seus governos (não apenas aos bancos) a taxas de juro reduzidas (menos de 2%), contribuindo assim para acalmar os mercados e estabilizar as taxas de juro, o BCE pouco emprestou aos estados da zona euro. Daí a crise atual.

Esta posição do BCE poderia ser explicada pelos traumas da Alemanha associados ao medo de repetir a hiperinflação dos anos 20. Porém, esta justificação não convence. Toda a gente sabe que o maior risco atual não é a hiperinflação, mas uma longa recessão deflacionista, com uma redução ou estagnação dos preços, dos salários e da produção. De facto, a enorme criação de moeda de 2008-2009 não resultou numa inflação significativa. Os Alemães sabem isso tão bem quanto nós.

Existe uma explicação alternativa: após várias décadas de crítica recorrente aos poderes públicos, parece natural que a prioridade da ajuda vá para os bancos privados e não para os governos nacionais. No entanto, nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde a desconfiança relativa ao papel económico do estado tem sido mais intensa, os bancos centrais souberam ser pragmáticos e não hesitaram em financiar de forma maciça a dívida pública.

Na verdade, o grande problema por detrás das atuais dificuldades tem a ver com os erros de construção do BCE e da zona euro. O problema fundamental reside na existência de uma moeda sem estado, de um banco central sem governo e de uma política monetária comum sem política orçamental comum. Uma moeda comum sem dívida comum poderá funcionar em tempos de bonança, mas mais cedo ou mais tarde levará ao colapso da zona euro.

¹¹ *Vide World Top Incomes Database*, disponível em www.parisschoolofeconomics.eu/topincomes/.

Ao criar a moeda única, afastámos a possibilidade de especulação sobre 17¹² taxas de câmbio das moedas da zona euro. Atualmente, já não é possível apostar na desvalorização do dracma face ao franco, ou na desvalorização do franco face ao marco. Porém, a especulação monetária foi substituída pela especulação sobre as dívidas públicas. Este tipo de especulação é pior do que a anterior. Quando uma moeda sofre um ataque especulativo, era possível proceder a uma desvalorização cambial para tornar a economia mais competitiva. Com a moeda única, a autonomia monetária deixou de existir sem a contrapartida da estabilidade financeira.

A especulação atual sobre as taxas de juro tem uma consequência ainda pior: torna impossível planear de forma serena o reequilíbrio das finanças públicas. Com uma dívida pública próxima dos 100% do PIB, pagar uma taxa de juro de 5% em vez de 2%, implica uma carga anual dos juros da dívida de 5% do PIB. Em França, essa diferença de 3% do PIB (60 mil milhões de euros) representa a totalidade dos orçamentos do ensino superior, da investigação, da justiça e do emprego. Além disso, se não houver uma taxa de juro estável a 2% ou a 5% durante um ano ou dois, é impossível levar a cabo uma discussão democrática serena sobre a redução das despesas ou o aumento de impostos.

A especulação sobre os juros torna também difícil a reforma dos estados-providência europeus, uma reforma imprescindível não só para alcançar o reequilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira, mas acima de tudo para garantir os direitos económico-sociais de forma mais eficaz, um melhor serviço público e uma maior capacidade de resposta às situações particulares. A esquerda tem de recuperar a iniciativa relativamente a estas questões, em particular no âmbito da modernização do sistema fiscal atual (complexo e injusto, devendo ser reformulado tendo em vista o princípio do «rendimento igual, imposto igual», a retenção na fonte e a tributação alargada com taxa reduzida à semelhança da *Contribution Sociale Généralisée*¹³); da reforma do nosso sistema de pensões (fragmentado em múltiplos regimes, o

¹² A zona euro tem agora 19 países membros, depois da adesão da Letónia em 2014 e da Lituânia em 2015. (NT)

¹³ *Vide*, por exemplo, C. Landais, T. Piketty, E. Saez, *Pour une révolution fiscale*, Éditions du Seuil, 2011, disponível em www.revolution-fiscale.fr.

que o torna incompreensível para os cidadãos e impossível de reformar de forma consensual e equitativa¹⁴); ou da reforma das universidades (questão fundamental que, à semelhança da reforma fiscal e da reforma das pensões, não pode ser deixada à mercê das iniciativas da direita).

Com as enormes pressões especulativas sobre as taxas de juro, como é possível debater e implementar soluções? Sejam claros: o que está a acontecer em Itália ou em Espanha, com taxas de juro de 5% ou 6%, pode acontecer em França no mês que vem. Se tivermos de pagar durante um certo período taxas de juro desta ordem, ou até de 4%, enquanto o Reino Unido, com um endividamento inicial semelhante ao nosso, graças à intervenção do Banco de Inglaterra, vai pagando apenas 2%, a situação pode tornar-se muito difícil.

Qual a solução? Para acabar de forma duradoura com a especulação sobre as taxas de juro da zona euro, é necessário mutualizar a dívida. Por outras palavras, é necessária a emissão de uma dívida comum (através de *eurobonds*, i.e. obrigações ou títulos de dívida). Esta é também a única reforma estrutural que permitirá ao BCE desempenhar de forma plena o seu papel de financiador de último recurso. Neste momento, nada impede o BCE de começar a comprar dívida soberana nos mercados, uma solução que poderá ter um papel fundamental a curto prazo. Contudo, perante tantas dívidas soberanas diferentes, o BCE tem um problema impossível de resolver: vai investir em que dívida e a que taxa de juro? Seria muito difícil para a Fed implementar uma política monetária estável se tivesse de optar diariamente entre a dívida do Wyoming, da Califórnia ou de Nova Iorque.

Uma dívida comum implicaria uma autoridade política federal forte e legítima. Não é possível criar *eurobonds* e depois deixar cada governo nacional decidir a quantidade de dívida que deve ser emitida. No entanto, esta autoridade política federal não pode ser o Conselho dos Chefes de Estado ou o EUROFIN (o conselho dos ministros das Finanças). É necessário avançar muito mais no sentido da união política e dos Estados Unidos da Europa – ou será preciso dar um enorme passo atrás, como abandonar o euro. A solução mais simples seria

¹⁴ *Vide*, por exemplo, A. Bozio, T. Piketty, *Pour un nouveau système de retraite*, Éditions rue d'Ulm, 2008, disponível em piketty.pse.ens.fr.

confiar um verdadeiro poder orçamental ao Parlamento Europeu. Embora este último tenha o problema de reunir todos os estados da União Europeia, para além dos membros da zona euro. A alternativa, mencionada numa crónica de novembro de 2011, consistiria em criar um «senado orçamental» constituído pelos deputados das comissões parlamentares das Finanças e dos Assuntos Sociais dos países que decidissem mutualizar a dívida. Este senado teria a última palavra sobre as decisões relacionadas com a emissão da dívida comum, o que não impediria que os países emitissem dívida nacional, se assim o desejassem, mas sem garantias do coletivo europeu. O ponto a reter é que o senado tomaria as suas decisões através de maioria simples, como todos os parlamentos, e os seus debates seriam públicos, transparentes e democráticos. Uma solução completamente diferente do funcionamento dos Conselhos dos Chefes de Estado, que tendem para as negociações à porta fechada e para o *status quo* e a inércia, devido à necessidade de unanimidade (ou quase unanimidade) na tomada de decisão. O mais habitual é não haver decisão e quando por milagre surge uma decisão unânime, ninguém sabe a razão pela qual foi tomada. Isto é o oposto de um debate democrático no círculo parlamentar. Negociar hoje em dia um novo tratado europeu mantendo a lógica intergovernamental pura (modificando apenas o método de decisão de 100% para uma maioria de 85%, mantendo o *locus* decisório no Conselho dos Chefes de Estado), não está à altura dos presentes desafios. E também não permite criar *eurobonds*, cuja emissão exige mais audácia no plano da união política, uma audácia que os Alemães parecem demonstrar ao contrário do presidente francês (que continua a defender a lógica intergovernamental pura, enquanto a CDU alemã já propôs a eleição de um presidente europeu através de sufrágio universal). Seria necessário levar os Alemães a sério e responder com propostas concretas. Este é o desafio de 2012.